ISSN: 2358-8829

UM CORTIÇO CHAMADO BRASIL: UMA ANÁLISE DO NEGRO NA OBRA DE ALUÍSIO AZEVEDO

Ana Christina Floro Brito da Silva [1]
Andréa de Morais Costa Buhler [2]

INTRODUÇÃO

Ao longo de sua formação histórica, o Brasil constitui-se como uma nação atravessada por profundas contradições, que desafiam leituras simplificadoras e exigem um olhar atento à complexidade de seus processos sociais e culturais. Se, em um primeiro contato, a história nacional tende a ser apresentada de forma linear e harmônica, o aprofundamento crítico revela uma realidade marcada por tensões, disputas simbólicas e desigualdades estruturais. Em um país com um passado histórico marcado por experiências de violência e esquecimento, pensar o Brasil implica, necessariamente, refletir sobre os mecanismos de produção de sentido que sustentam a ideia de nação e os sujeitos que nela são incluídos ou excluídos.

A particularidade histórica de nossa formação colonial decidiu o destino dos povos e a posição de país mestiço e periférico no mapa-múndi. A invenção da nação subalternizou o negro e projetou uma comunidade imaginada e idealizada para "brancos", já que o empreendimento colonial traçou o percurso de choque das culturas, decidindo seus destinos. Nesta trilha, o nosso trajeto alinha-se com a concepção de Hall (2003), segundo a qual a nação deve ser compreendida não apenas como uma entidade política, mas como um sistema de representação cultural que, por sua vez, produz sentidos e constrói identidades "nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas" (Hall, 2003, p. 51, *apud* Souza, 2015, p. 18).

[1] Graduanda do Curso de Letras Inglês da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, christina.ana@aluno.uepb.edu.br;
[2] Professora orientadora: Doutora, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, andrea1967@servidor.uepb.edu.br.

A nossa investigação busca inquirir, através do método crítico e dialético da história e da literatura, a experiência literária enquanto representação de ideologias nacionais, assentadas discursivamente em relações de poder, como parte significativa de nossa memória coletiva.

Do ponto de vista literário, esses processos sociais integram, de forma estrutural, os elementos internos da obra artística, como postula Antonio Candido (1997, 2006) a partir da dialética entre texto e contexto. Dessa forma, as obras literárias conformam os eventos da experiência histórica brasileira no ponto em que sua elaboração estético-formal se realiza. A própria lógica de elaboração do cânone, seus critérios e valores, está ancorada na disposição de nossos autores em se aproximar da tradição ocidental e em se ajustar às classificações dos períodos literários europeus.

Assim, a pesquisa investiga como escritores consagrados, como Aluísio Azevedo em **O Cortiço** (1890), representaram a ideia de nação a partir do legado da formação colonial e do escravismo. A partir de uma metodologia de cunho bibliográfico, busca-se analisar de que modo os cânones da literatura brasileira do século XIX, em diálogo com o pensamento social, participaram da construção de representações sobre a identidade nacional, bem como o lugar destinado à população negra nesse processo histórico. Fundamentada nos pressupostos da Análise do Discurso e em referenciais da crítica literária e das ciências sociais, este artigo procura compreender as continuidades, deslocamentos e disputas de sentido que atravessam a constituição da ideia de nação, evidenciando os mecanismos de visibilidade, invisibilização e estereotipização do negro.

Para a tarefa de análise proposta, este artigo adota como referencial teórico a perspectiva da Análise do Discurso (AD), segundo a qual a reconstituição de trajetos que conduzem de um enunciado a outro permite identificar uma memória discursiva atravessada por mecanismos ideológicos. Isso implica compreender as narrativas literárias como produções inseridas no tecido social, cujas marcas discursivas revelam identidades sociais, posições hegemônicas ou contra-hegemônicas e seus vínculos com os discursos dominantes de cada período.

Parte-se, assim, do pressuposto de que a linguagem se apresenta, por meio de um fluxo ideológico, de forma dialógica (Bakhtin, 1997; 2006), constituindo o sujeito em relação ao outro, uma vez que é interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente. Inscrito em determinadas condições históricas e sociais de produção, o sujeito ocupa posições a partir das quais produz sentidos que não dependem

exclusivamente de sua intenção individual. Nesse processo, as formações discursivas, vinculadas às formações ideológicas, determinam aquilo que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em determinada conjuntura. A ideologia atua, portanto, produzindo o efeito de evidência pelo qual os sentidos aparecem como naturais e transparentes, ocultando seu caráter histórico e socialmente constituído.

Do ponto de vista sociológico, a análise orienta-se ainda pela tradição crítica examinada por Paulo Arantes (1992), que identifica na dialética e na dualidade uma chave de interpretação da experiência intelectual e artística brasileira, permitindo compreender oposições como local e cosmopolita, moderno e arcaico, não como polos isolados, mas como tensões constitutivas de nossa formação social e cultural.

A elaboração deste trabalho inscreve-se na revisão crítica dos paradigmas universalizantes da modernidade e na emergência de perspectivas que problematizam as relações entre saber, poder, colonialismo e representação. Os estudos pós-coloniais, associados a autores como Fanon (2008), Edward Said (2007), Homi Bhabha (1998) e Gayatri Chakravorty Spivak (2010), contribuíram para deslocar o olhar para os modos pelos quais o colonialismo produziu identidades e hierarquias culturais que ultrapassaram o domínio político e se sedimentaram nos discursos e nas práticas simbólicas.

No campo literário, essa perspectiva permite examinar como determinadas concepções de sociedade e de nação se manifestam na construção das personagens, nos conflitos narrativos e nas relações sociais representadas. A revisão crítica do cânone possibilita, assim, investigar os modos pelos quais a população negra foi representada na literatura brasileira, considerando tanto sua posição nas narrativas quanto os valores e as contradições históricas que atravessam essas representações.

A relevância do estudo também decorre da permanência de concepções de raça e de nação historicamente constituídas. Benedict Anderson (2008), ao discutir a formação das comunidades nacionais imaginadas, atribui ao romance e ao jornal um papel importante na construção da percepção de um tempo compartilhado entre indivíduos que não se conhecem, mas se reconhecem como integrantes de uma mesma coletividade. Essa perspectiva contribui para examinar como a literatura brasileira do século XIX participou da elaboração de imagens da nação, particularmente no que diz respeito ao lugar atribuído à população negra. A comparação entre as obras permite identificar continuidades e mudanças nessas representações, considerando suas diferentes condições históricas e estéticas de produção.

Esse debate ganhou novo impulso nas últimas décadas, em decorrência das lutas dos movimentos negros por reconhecimento, igualdade racial e reparação histórica, que contribuíram para a formulação de políticas públicas e para a revisão de perspectivas consolidadas sobre a formação da sociedade brasileira. Nesse processo, destacam-se a Lei nº 10.639/2003, posteriormente ampliada pela Lei nº 11.645/2008, e o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). Essas conquistas também repercutem no campo acadêmico, estimulando a revisão crítica da historiografia e dos referenciais que orientaram, historicamente, a interpretação da sociedade e da cultura brasileiras.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Adota-se uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, articulando a análise histórica e sociológica à análise literária. Como orientação metodológica, recorre-se à perspectiva crítica de Antonio Candido (2006), segundo a qual os elementos sociais e históricos devem ser examinados não apenas como circunstâncias externas à obra, mas também em sua participação na constituição da estrutura literária. Nessa perspectiva, busca-se compreender como as relações escravistas e as hierarquias raciais da sociedade brasileira se manifestam na construção das personagens, nos conflitos narrativos e nas soluções conferidas aos enredos. A análise dialoga ainda com as contribuições de Alfredo Bosi (2015), Lilia Schwarcz (2024) e outros referenciais teóricos.

Metodologicamente, a análise de **O Cortiço**, de Aluísio Azevedo, orienta-se por duas questões: de que maneira as concepções raciais e científicas em circulação no final do século XIX participam da construção das personagens e das relações sociais representadas no romance; e como a população negra é incorporada à representação de uma sociedade brasileira marcada pela escravidão e por suas permanências históricas. A partir de uma perspectiva dialética entre texto e contexto, busca-se examinar como essas concepções se manifestam na estrutura narrativa, considerando tanto a influência do naturalismo europeu quanto as particularidades das relações sociais brasileiras.

O procedimento analítico considera o texto literário em suas relações com as condições históricas, sociais e ideológicas de sua produção. Nesse percurso, recorre-se à noção de campo intelectual de Bourdieu (1996), a fim de situar Aluísio Azevedo no contexto das disputas estéticas e intelectuais do final do século XIX. Mobilizam-se, ainda, as contribuições de Bakhtin e Volochínov, particularmente as reflexões de Marxismo e

filosofia da linguagem, que compreendem a linguagem como fenômeno social e ideológico, bem como as formulações de Pêcheux acerca das relações entre discurso e ideologia. A partir dessas perspectivas, examina-se como as concepções de raça, escravidão, mestiçagem, civilização e trabalho se manifestam na construção das personagens e das relações sociais representadas em **O Cortiço.** A análise concentra-se especialmente nas personagens negras e mestiças, considerando sua caracterização, suas funções narrativas, suas posições nas relações de poder e as contradições que atravessam suas trajetórias no romance.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise parte da experiência colonial, considerando que os projetos de nacionalidade do século XIX reelaboram representações e hierarquias constituídas anteriormente. Schwarcz (2024, p. 76) demonstra que, antes mesmo da formação dos Estados nacionais americanos, o imaginário europeu já se encontrava marcado por concepções que legitimavam a conquista e a dominação de outros povos: “E assim, as alegorias e imagens seiscentistas acompanharam essas concepções e incendiaram o imaginário de época, contrapondo ‘a civilização europeia’ e ‘suas conquistas’ aos ‘demais’ povos, que deveriam, até por questões consideradas morais, ser conquistados – junto com seus territórios”. Essas representações podem ser examinadas à luz da noção de formação discursiva de Pêcheux (1995), compreendida em sua relação com as condições históricas e ideológicas que determinam os sentidos produzidos a partir de determinadas posições sociais. A oposição entre civilização europeia e povos considerados inferiores integra, assim, um processo de legitimação ideológica da dominação colonial. Interessa investigar como esses sentidos são retomados e reelaborados no século XIX, particularmente sob a influência das teorias raciais e dos ideais de civilização e progresso que atravessam a representação da sociedade brasileira em **O Cortiço.**

As representações europeias sobre os territórios colonizados foram constituídas em relações de dominação que associavam a riqueza das terras à inferiorização de seus habitantes. Como observam Santos e Madeira (1999), as metrópoles exerceram controle sobre a produção e a circulação de narrativas acerca dos povos colonizados, estabelecendo parâmetros de classificação social, racial e cultural. Esses sentidos não permaneceram

inalterados, mas foram retomados e reelaborados em diferentes condições históricas, participando dos debates sobre a formação da nacionalidade brasileira.

A segunda metade do século XIX foi marcada pelo agravamento das contradições do regime escravista e pelo fortalecimento das lutas abolicionistas, que reuniram diferentes setores sociais e projetos políticos. A abolição, conquistada em 1888, resultou de um processo de mobilização que envolveu a resistência dos escravizados, as fugas, a organização de movimentos abolicionistas e as disputas no interior das elites. Entretanto, a extinção jurídica da escravidão não foi acompanhada de medidas abrangentes que assegurassem à população liberta o acesso à terra, à educação e às condições materiais de exercício da cidadania. A permanência das estruturas de concentração da propriedade e de exploração do trabalho evidenciava os limites sociais da emancipação. Alfredo Bosi (1992, p. 24): "A alternativa para o escravo não era, em princípio, a passagem para um regime assalariado, mas a fuga para os quilombos. Lei, trabalho e opressão são correlatos sob o escravismo colonial [...] a alternativa para o escravo passou a ser ou a mera vida de subsistência [...]. De qualquer modo, ser negro livre era sempre sinônimo de dependência."

A instauração da República, em 1889, tampouco rompeu com essas hierarquias. O Código Penal de 1890, instituído pelo Decreto nº 847, manteve mecanismos de repressão à vadiagem e criminalizou a prática da capoeira, revelando as contradições de uma ordem política que proclamava a liberdade enquanto submetia práticas e condições de vida das camadas populares ao controle policial. A Lei Áurea consagrou a liberdade jurídica, mas não estabeleceu medidas abrangentes de redistribuição de terras ou integração econômica dos libertos. A **Lei de Terras** de 1850 (Lei nº 601) estabeleceu a compra como principal forma de aquisição das terras devolutas, restringindo o acesso à propriedade fundiária por parte da população desprovida de recursos, o que contribuiu para preservar a concentração fundiária. Paralelamente, o incentivo à imigração europeia articulava interesses econômicos de reorganização do trabalho a concepções raciais que atribuíam ao elemento branco um papel privilegiado no projeto de modernização nacional.

Nesse ambiente intelectual, as teorias raciais europeias, associadas ao evolucionismo e ao determinismo, foram apropriadas por pensadores brasileiros que procuravam explicar a formação e o futuro da população nacional. A influência das teorias raciais europeias sobre o pensamento brasileiro manifesta-se, entre outros autores, em Sílvio Romero, que, em **História da literatura brasileira** (1888), atribui à

mestiçagem um papel central na formação nacional, ao mesmo tempo que projeta a progressiva predominância do elemento branco como resultado desejável da evolução da população brasileira. Essas concepções não se restringem ao século XIX, encontrando desdobramentos na interpretação sociológica do Brasil nas primeiras décadas do século XX. Em **Populações meridionais do Brasil** (1920) e, sobretudo, em **Raça e assimilação** (1932), Oliveira Vianna retoma a questão racial como elemento explicativo da formação social brasileira, conferindo às diferenças raciais e aos processos de assimilação um papel determinante. Embora apresentem formulações distintas, esses autores evidenciam a permanência de um pensamento que associa a constituição da nacionalidade a hierarquias raciais e à valorização do branqueamento. Sob a perspectiva da análise do discurso, interessa observar como esses sentidos, produzidos em condições históricas específicas, são retomados e reformulados no interior de diferentes projetos de interpretação da sociedade brasileira.

Desse modo, o problema da composição racial brasileira se articula ao projeto de modernização nacional: tratava-se de compreender como uma população formada pela experiência indígena, europeia e africana poderia constituir uma sociedade capaz de alcançar os padrões de civilização tomados como referência.

Na segunda metade do século XIX, em meio à intensificação dos debates sobre a escravidão e a abolição, a população negra passa a adquirir maior visibilidade na literatura brasileira, embora sob diferentes perspectivas estéticas e ideológicas. Essa presença manifesta-se em **Úrsula** (1859), de Maria Firmina dos Reis, na poesia abolicionista de Castro Alves, especialmente em O navio negreiro (1869) e **Vozes d'África** (1868), em **A escrava Isaura** (1875), de Bernardo Guimarães, e em narrativas de Machado de Assis, como Mariana (1871). Essas produções, embora distintas em seus procedimentos literários e posicionamentos diante da escravidão, evidenciam a crescente inserção da questão racial nos debates intelectuais e na representação ficcional. Entretanto, a maior presença de personagens negras e escravizadas não significou necessariamente a superação das hierarquias raciais, uma vez que sua representação permaneceu atravessada pelas contradições sociais e ideológicas do período. No Naturalismo brasileiro, as contradições do pensamento racial oitocentista assumem configurações particulares. Embora a crítica à escravidão e às relações de exploração encontrasse expressão na literatura, a influência das teorias evolucionistas e deterministas europeias contribuía para a reprodução de concepções que hierarquizavam os indivíduos segundo critérios raciais

e biológicos. Desse modo, a condenação da instituição escravista não implicava necessariamente o reconhecimento da igualdade entre brancos e negros.

É nesse contexto sócio-político que se insere o Naturalismo brasileiro, fortemente influenciado pelo movimento francês, sobretudo pela obra de Émile Zola. Em romances como **L'Assommoir**, traduzido como **A Taberna**, (1877), Zola explora as condições de vida das classes trabalhadoras, mobilizando concepções deterministas sobre a influência do meio e da hereditariedade. Aluísio Azevedo incorpora procedimentos dessa tradição, mas os reelabora diante das particularidades da sociedade brasileira. Em **O Cortiço** (1890), a representação das relações entre trabalho, raça e ascensão social evidencia tensões entre a denúncia da exploração econômica e a reprodução de concepções racializadas. A trajetória de Bertoleza, cuja exploração sustenta a acumulação de riqueza de João Romão, e a de Jerônimo, trabalhador português, cuja transformação é associada à influência do meio tropical e a relação com Rita Baiana, permitem examinar como o romance articula as contradições sociais brasileiras às categorias ideológicas e estéticas do Naturalismo europeu. Desse modo, a narrativa não apenas representa o contato entre culturas, mas incorpora categorias ideológicas que atribuíam ao ambiente brasileiro um potencial de degeneração dos valores associados à origem europeia. Essa contradição manifesta-se em **O Cortiço,** de Aluísio Azevedo, no qual a representação da exploração do trabalho e das desigualdades sociais convive com a caracterização racializada das personagens, frequentemente associadas a atributos físicos, comportamentais e sexuais apresentados como determinações da raça e do meio. .

. É nesse contexto de transformações políticas e intelectuais que se insere a produção de Aluísio Azevedo. Nascido em São Luís do Maranhão, o escritor atuou na imprensa e na caricatura, utilizando a sátira para criticar instituições, costumes e relações sociais de seu tempo. Sua aproximação com o Naturalismo, especialmente com os modelos literários europeus, relaciona-se às disputas estéticas e ideológicas que atravessavam o campo intelectual brasileiro nas últimas décadas do século XIX. À luz de Bourdieu (1996), sua trajetória pode ser compreendida em relação às posições e aos valores em disputa nesse campo, enquanto, na perspectiva de Pêcheux, sua produção literária é atravessada por formações discursivas historicamente constituídas. Desse modo, a representação dos espaços populares, das relações de exploração e das hierarquias raciais em **O Cortiço** não decorre apenas da observação da realidade, mas

também das concepções científicas, estéticas e ideológicas que orientavam sua elaboração literária.

Publicado em 1890, no contexto imediatamente posterior à Abolição e à Proclamação da República, **O Cortiço**, de Aluísio Azevedo, representa uma sociedade atravessada pelas contradições entre os ideais de modernização e a permanência das relações de exploração e das hierarquias herdadas da ordem escravista.

A habitação coletiva constitui o espaço central da narrativa, reunindo personagens de diferentes posições sociais e articulando relações de trabalho, propriedade, raça e sexualidade. Mais do que cenário, o cortiço participa da própria organização do romance, adquirindo uma dimensão quase orgânica, como se observa na abertura do terceiro capítulo: “Eram cinco horas da manhã e o cortiço acordava, abrindo, não os olhos, mas a sua infinidade de portas e janelas alinhadas” (Azevedo, 2005, p. 29). A personificação do espaço confere unidade à multiplicidade de moradores e evidencia um procedimento característico da estética naturalista. Entretanto, a representação crítica das desigualdades sociais convive com concepções deterministas que associam comportamentos e destinos individuais à influência do meio, da hereditariedade e da raça. Essa tensão orienta a análise das personagens negras e mestiças, permitindo examinar como a denúncia da exploração se articula à reprodução de hierarquias raciais na construção narrativa.

Raça, trabalho e hierarquias sociais

Na obra ocorre a incorporação de tipos racializados que dialogam diretamente com os discursos cientificistas e deterministas. Assim, personagens como Bertoleza, Firmo e Rita Baiana assumem posições distintas na narrativa, mas suas características são frequentemente associadas à raça, ao corpo, à sexualidade, ao trabalho e ao comportamento, fazendo com que a diferença racial seja convertida em elemento explicativo de suas condutas.

Bertoleza constitui uma das representações mais significativas desse processo. Desde sua apresentação, a personagem aparece vinculada ao trabalho e à exploração, sendo descrita como aquela que permanece constantemente ocupada, “sem domingo nem dia santo” (Azevedo, 2005, p. 8), responsável pelo trabalho doméstico e pela manutenção material daqueles que ascendem socialmente. Sua trajetória evidencia uma relação entre raça e posição social que permanece presa à condição de trabalhadora negra, tornando-se

progressivamente mais invisível dentro da prosperidade que ajudou a construir. Nas primeiras páginas, ao ouvir de João Romão que estava livre de seu antigo dono, o pacto de servidão e subserviência se manifesta com naturalização: “Coitado! A gente se queixa é da sorte! Ele, como meu senhor, exigia o que era seu” (Azevedo, 2005, p. 7). Trata-se da internalização dos valores do dominador pelo dominado. Fanon registra que: “a raça inferior [...] partilha com a raça superior as convicções, as doutrinas, e tudo que lhe diz respeito” (2008, p. 42). O próprio narrador explicita as assimetrias raciais ao afirmar que, enquanto João Romão, um português branco, “subia”, ela permanecia “cá embaixo”, cada vez mais abandonada. A personagem, portanto, ocupa um lugar paradoxal: é indispensável para a produção da riqueza, mas incompatível com a imagem de respeitabilidade que essa riqueza passa posteriormente a sustentar.

Essa relação entre trabalho, raça e ascensão social torna-se ainda mais evidente no desfecho da personagem. Quando João Romão alcança uma posição social elevada, Bertoleza passa a ser percebida como um obstáculo à sua integração entre os grupos socialmente prestigiados. A narrativa chega a associá-la àquilo que deveria ser eliminado para que o português pudesse ocupar plenamente o lugar dos “ricos, dos felizes e dos fortes”. Essa transformação torna-se particularmente evidente no capítulo XIII, quando João Romão, após frequentar a casa de Miranda, retorna ao quarto e encontra Bertoleza dormindo. A repulsa que passa a sentir pela companheira manifesta-se através do desejo de João Romão em abandoná-la para casar-se com Zulmira, a filha de Miranda, que é fina e aristocrática. Romão rumina:

> [...] estendida na cama, roncava de papo para o ar, com a boca aberta, a camisa soerguida sobre o ventre, deixando ver o negrume das pernas grossas e lustrosas. E tinha de estirar-se ali, ao lado daquela preta fedorenta a cozinha e bodum de peixe! (Azevedo, 2005, p. 148).

O desprezo racial articula-se, assim, à sua ambição de ascensão social: a mulher negra, cujo trabalho contribuiu decisivamente para a formação de sua riqueza, passa a representar um obstáculo à respeitabilidade que pretende conquistar. A contradição não se limita à conduta individual do personagem, pois evidencia a permanência de

hierarquias raciais no interior de uma sociedade que se apresenta como moderna e civilizada.

A contradição é significativa para a discussão da nacionalidade porque revela que a construção de uma sociedade apresentada como moderna e civilizada não elimina necessariamente as hierarquias produzidas pela escravidão; ao contrário, pode depender do afastamento daqueles que anteriormente sustentaram materialmente sua prosperidade. Nesse sentido, a trajetória de Bertoleza permite perceber uma continuidade entre escravidão e pós-escravidão: a mudança da condição jurídica do negro não significa, na representação, sua integração em condições de igualdade à sociedade que se moderniza. A destruição dos valores de referência pela escravidão, nivelando Bertoleza a um animal de trabalho, esvazia, esmaga o conhecimento de si, a sua auto-imagem:

> [...] covarde e resignada, como seus pais que a deixaram nascer e crescer no cativeiro. Escondia-se de todos, mesmo da gentalha do frege e da estalagem, envergonhada de si própria, amaldiçoando-se por ser quem era, triste de sentir-se a mancha negra, a indecorosa nódoa daquela prosperidade brilhante e clara (Azevedo, 2005, p. 192).

A contradição atinge seu ponto máximo no desfecho da narrativa. Para se livrar definitivamente de Bertoleza, João Romão recorre justamente à condição jurídica que durante anos havia ocultado: a carta de alforria que lhe entregara era falsa, forjada pelo próprio português, e Bertoleza permanecia legalmente submetida ao cativeiro. Romão, portanto, denuncia a própria companheira e providencia sua devolução ao antigo proprietário. Ao perceber a fraude e compreender que seria novamente submetida à escravidão, Bertoleza, diante dos policiais, tira a própria vida. A ironia que encerra o romance intensifica essa contradição: imediatamente após sua morte, chega uma comissão de abolicionistas para entregar a João Romão o “diploma de sócio benemérito” (Azevedo, 2005, p. 232). A justaposição entre a morte da trabalhadora negra e o reconhecimento público de seu explorador evidencia a distância entre o discurso abolicionista e as relações sociais efetivamente praticadas. Assim, o desfecho de Bertoleza ultrapassa o destino individual da personagem e expõe as contradições de uma sociedade em que a condenação formal da escravidão não significa necessariamente a superação das hierarquias raciais e das relações de exploração que a sustentavam.

A proximidade entre as duas cenas produz uma crítica direta à distância entre o discurso abolicionista e as práticas sociais que permaneciam sustentadas pela exploração

da população negra. Enquanto Bertoleza morre diante da possibilidade concreta de retorno ao cativeiro (do qual nunca havia saído), Romão é publicamente reconhecido como participante da causa da abolição. A homenagem, nesse sentido, não apenas contrasta com o destino da personagem, mas expõe a facilidade com que a respeitabilidade pública pode encobrir relações de exploração.

A cena final, assim, condensa uma das principais contradições da sociedade brasileira representada em **O Cortiço**: a circulação de discursos de liberdade e civilização convive com a permanência de relações sociais estruturadas pela escravidão. Na perspectiva da análise do discurso, essa contradição evidencia que os sentidos de liberdade e civilização não são neutros, mas historicamente produzidos e atravessados por posições ideológicas distintas. A ironia construída no desfecho ultrapassa, portanto, a relação entre João Romão e Bertoleza e alcança as próprias contradições do discurso abolicionista na sociedade brasileira do período: aquele que se beneficia da exploração da mulher negra pode ser publicamente reconhecido como defensor da liberdade, enquanto Bertoleza, cuja trajetória revela a violência dessas relações, permanece excluída da liberdade proclamada por esse mesmo discurso.

Ao lado dessa representação do negro associado ao trabalho e à subalternidade, a obra apresenta personagens mestiços que são construídos a partir de outros estereótipos. Firmo, por exemplo, aparece como o “mulato pachola”, associado à malandragem, à vadiagem, à capoeira, à música e à bebida. Rita Baiana, por sua vez, é construída sobretudo pela sensualidade de seu corpo e por sua associação com a natureza tropical. Seus movimentos, sua voz, seu cheiro e sua sensualidade são constantemente aproximados de imagens de calor, perfume, animais e vegetação brasileira.

> [...] Mas, ninguém como a Rita; só ela, só aquele demônio, tinha o mágico segredo daqueles movimentos de cobra amaldiçoada, aqueles requebros que não podiam ser sem o cheiro que a mulata soltava de si e sem aquela voz doce, quebrada, harmoniosa, arrogante, meiga e suplicante. [...] Naquela mulata estava o grande mistério, a síntese, das impressões, que ele recebeu chegando aqui: ela era a luz ardente do meio-dia; ela era o calor vermelho das sestas da fazenda; era o aroma quente dos trevos e das baunilhas, que o atordoava nas matas brasileiras; era a palmeira virginal e esquiva que não se torce a nenhuma outra planta; era o veneno e era o açúcar gostoso; era o sapoti mais doce que o mel e era a castanha do caju, que abre feridas com o seu azeite de fogo; ela era a cobra verde e traiçoeira, a lagarta viscosa, a muriçoca doida, que esvoaçava havia muito tempo em torno do corpo dele, assanhado-lhe os desejos, acordando-lhe as fibras embambecidas pela saudade da terra, picando-lhe as artérias, para lhe cuspir dentro do sangue uma centelha daquele amor setentrional, uma nota daquela música feita de gemidos de prazer, uma larva daquela nuvem de cantáridas

> que zumbiam em torno de Rita Baiana e espalhavam-se pelo ar numa fosforescência afrodisíaca (Azevedo, 2005, p. 72).

A ausência de antes é substituída por uma presença filtrada por uma perspectiva que transforma raça, ambiente e comportamento em elementos interdependentes. É justamente na relação de Rita Baiana e Jerônimo que essa lógica alcança uma de suas formulações mais evidentes. Os dois personagens são construídos inicialmente a partir de uma oposição que ultrapassa a diferença individual: Rita representa a brasileira mestiça, associada ao calor, à sensualidade e à natureza tropical, enquanto Jerônimo representa o imigrante português, caracterizado pela força, pela disciplina, pelo trabalho e pelos costumes europeus. A aproximação entre os dois permite ao romance transformar o encontro entre o português e a mestiça em uma espécie de experiência de transformação do europeu pelo meio brasileiro. Quando Jerônimo entra em contato com Rita e com a música, a natureza e os costumes da estalagem, aquilo que era apresentado como uma identidade portuguesa relativamente estável começa a se modificar. O narrador afirma que sua "revolução" havia começado com o contato com o sol, os frutos, os aromas e, sobretudo, com "a primeira mulher, a primeira mestiça" que havia despertado seus sentidos.

> [...] A sua energia afrouxava lentamente: fazia-se contemplativo e amoroso. A vida americana e a natureza do Brasil patentearam-lhe agora aspectos imprevistos e sedutores que o comoviam, esquecia-se dos seus primitivos sonhos de ambição, para idealizar felicidades novas, picantes e violentas; tornava-se liberal, imprevidente e franco, mais amigo de gastar que de guardar; adquiria desejos, tomava gostos aos prazeres e volvia-se preguiçoso, resignando-se, vencido, às imposições do sol e do calor, muralha de fogo com que o espírito eternamente revoltado do último tamoio entrincheirou a pátria contra os conquistadores aventureiros. E assim, pouco a pouco, se foram reformando todos os seus hábitos singelos de aldeão português; e Jerônimo abrasileirou-se (Azevedo, 2005, p. 87).

A transformação não se limita, portanto, à paixão amorosa. Jerônimo passa a incorporar hábitos brasileiros: substitui o vinho pela aguardente, a broa pela farinha de mandioca, o bacalhau pelo feijão preto e adota novos gostos e costumes. O narrador sintetiza esse processo afirmando que "Jerônimo abrasileirou-se". A expressão é particularmente significativa para a análise porque coloca em relação direta raça, meio e nacionalidade. Tornar-se brasileiro, na lógica determinista do romance, significa submeter se às condições do ambiente tropical e aos elementos humanos que o

constituem. A nacionalidade deixa de ser apenas uma construção histórica ou cultural e passa a ser apresentada também como resultado da ação do meio sobre os indivíduos.

A relação com Rita acrescenta ainda uma dimensão racial a esse processo. O narrador afirma que o "sangue da mestiça" teria reclamado seus "direitos de apuração", levando Rita a preferir o europeu, considerado "macho de raça superior"; simultaneamente, Jerônimo, "cedendo às imposições mesológicas", abandona a esposa portuguesa e passa a desejar a mulata, associada ao prazer e à sensualidade do território americano (Azevedo, 2005, p.165). A passagem condensa algumas das principais ideias que atravessavam o pensamento social do período: a hierarquização entre raças, a associação entre mestiçagem e transformação e a compreensão do comportamento humano como resultado da ação conjunta da hereditariedade e do meio. Rita e Jerônimo não são, portanto, apenas indivíduos envolvidos em uma relação amorosa; sua relação é construída como encontro entre dois tipos raciais e nacionais distintos. Na perspectiva do materialismo histórico, que fundamenta a concepção de Bakhtin/Volochínov, em **Marxismo e filosofia da linguagem** (2006), o discurso constitui um fenômeno social e ideológico, atravessado por diferentes vozes e valores historicamente situados. Desse modo, a representação dessas personagens estabelece um diálogo com os discursos científicos e raciais de seu tempo, incorporando e reelaborando suas contradições no interior da narrativa literária

Essa oposição, contudo, não é simplesmente favorável ao europeu. Jerônimo, inicialmente associado ao trabalho, à disciplina e à ordem, transforma-se sob a influência do meio brasileiro, passando a ser representado como preguiçoso, ciumento e entregue aos prazeres. Rita Baiana, por sua vez, é valorizada como expressão da vitalidade brasileira, mas reduzida a um tipo racial marcado pela sensualidade e pelo instinto. O próprio meio brasileiro assume caráter contraditório: exuberante e sedutor, é também apresentado como força degeneradora. Essas representações evidenciam as contradições ideológicas do discurso naturalista, que, ao mesmo tempo que valoriza elementos da identidade nacional, reproduz concepções raciais e deterministas de matriz europeia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida nesta pesquisa permite compreender que as representações do negro na literatura brasileira do século XIX estão relacionadas às condições históricas e ideológicas de construção da ideia de nação. À luz da Análise do Discurso,

fundamentada no materialismo histórico, compreende-se que essas representações não constituem simples escolhas individuais dos escritores, mas são atravessadas por formações discursivas e por contradições sociais próprias de seu tempo. A breve comparação entre Romantismo e Naturalismo evidencia que as transformações entre os dois movimentos não correspondem simplesmente à passagem da ausência à inclusão do negro, mas a diferentes modos de significar sua posição na sociedade e no imaginário nacional.

Em **O Cortiço**, personagens como Bertoleza, Rita Baiana e Firmo tornam mais visíveis as relações de trabalho, exploração, sexualização e hierarquização racial. Entretanto, essa maior presença não representa a superação das hierarquias sociais e raciais. Na perspectiva de Pêcheux e Bakhtin/Volochínov, o discurso literário é atravessado por sentidos historicamente constituídos e por contradições ideológicas. Assim, o Naturalismo, embora amplie a representação da população negra, incorpora e reelabora discursos racializantes e deterministas do século XIX, revelando os limites ideológicos dessa inclusão no imaginário nacional.

Palavras-chave: Negro; Nação; Literatura; Discurso; Identidade.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARANTES, Paulo Eduardo. **Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira**: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo: Paulus, 2005.

BAKHTIN, M. (V. N. Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, M. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

BHABHA, Homi K.**O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 50. ed. São Paulo: Cultrix, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. 8. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997. v. 2.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1902.

SAID, Edward W. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Mariza Veloso Motta; MADEIRA, Maria Angélica. **Leituras brasileiras:** itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SCHWARCZ, Lilia M. **Imagens da branquitude:** a presença da ausência. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

SOUZA, Zildete Lopes de. **Do discurso político ao discurso literário:** o (não) lugar do negro na nação imaginada por José de Alencar. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual da Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Letras - Estudos Literários/PPGL, 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

VIANNA, Oliveira. **Raça e assimilação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.